

CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO

Reprodução Instagram Carlos Bolsonaro



Bolsonaro sempre testa até onde pode ir

Trump e Bolsonaro testam limites da democracia

Em artigo publicado na segunda-feira (4), o Prêmio Nobel de Economia Paul Krugman observou como, nos Estados Unidos, o presidente Donald Trump tenta estratégias semelhantes às de Viktor Orban para transformar a Hungria numa autocracia. Aos poucos, Orban foi minando por dentro a democracia húngara, criando um regime de partido único de fato, o

Fidesz. Para o cientista político André Cesar, há por aqui ações semelhantes por parte do ex-presidente Jair Bolsonaro. No fundo, esse parece ser o receituário de todos esses candidatos a autocratas que vão pululando na extrema-direita do mundo. “É um processo de testar limites”, observa. Se dá certo, avança-se a partir do novo ponto. Em caso contrário, recua-se.

Incontrolável

“O perigo é que talvez tenhamos chegado por aqui a um ponto incontrolável”, alerta André. “A institucionalidade está em risco. Os três poderes da República simplesmente não mais se entendem”. Não há bom senso no horizonte. A insinuação escala.

Ocupação

Na terça-feira (5), os parlamentares de oposição ocuparam as Mesas Diretores da Câmara e do Senado. O vice-presidente da Câmara, Altineu Côrtes (PL-RJ), promete colocar em votação o projeto de anistia no primeiro cochilo de Hugo Motta (Republicanos-PB).



Trump tenta minar democracia por dentro

Nos EUA, impopularidade pode levar ao desespero

Recomenda-se que o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), também fique atento. Afinal, o vice-presidente é Eduardo Gomes (PL-TO), que foi líder do governo no Congresso de Jair Bolsonaro. A prisão domiciliar de Bolsonaro escalou a crise política e parece ter levado o ex-presidente e seus aliados ao desespero.

E é desespero o que também anota Paul Krugman no caso dos Estados Unidos com Donald Trump. Segundo levantamento do Silver Bulletin, 53,8% dos cidadãos dos EUA desaprovam o seu governo. A perspectiva de alta na inflação é real. Para Krugman, a reação pode ser acelerar processo de destruição da democracia.

Fraude

Paul Krugman observa, em seu artigo, que o partido Republicano trabalharia agora para tentar fraudar as eleições de meio de mandato, que determinam se Trump terá ou não maioria no Congresso. Cogitam o uso do que lá se chama de “gerrymandering”.

Brasil

De volta ao Brasil, André Cesar começa a considerar que a pressão aqui exercida por Trump não seja somente no sentido de evitar que o país se aproxime da China e outros parceiros do eixo Sul contrariando os interesses comerciais norte-americanos.

Sistema

O tal “gerrymandering” é um dos vários pontos estranhos da controversa democracia dos EUA. São artifícios que permitem ou mudar os cálculos para escolha de parlamentares nos distritos ou achar meios de impedir que determinados grupos de eleitores votem.

Obstáculo

Pode também haver mesmo uma motivação política. O Brasil, com Bolsonaro, estaria apontando caminhos sobre como lidar com os riscos autocráticos. Caminhos que os EUA não tomaram com relação ao próprio Trump, poupado por lá de ações e processos.

Tarifaço de Trump passa a valer nesta quarta-feira (6)

Presidente Lula classificou as sanções como “injustas”

Antonio Cruz/Agência Brasil

Por Karoline Cavalcante

A imposição de tarifas adicionais contra o Brasil pelo governo do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump (Republicano), começa a valer nesta quarta-feira (6). Em resposta, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) classificou as sanções econômicas como “injustas” e afirmou que o plano de contingência estudado para reduzir os prejuízos será executado. Segundo o chefe do Executivo brasileiro, embora o país nunca tenha deixado a mesa de negociações, todas as medidas cabíveis serão adotadas, inclusive uma possível ação na Organização Mundial do Comércio (OMC). O vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, já havia antecipado que a Câmara de Comércio Exterior (Camex) deu aval para esse encaminhamento.

Para Lula, o dia 30 de julho será lembrado como um “marco lastimável” nas relações entre os dois países, caracterizado por uma “ação arbitrária”. Na data, o Escritório de Controle de Ativos Estrangeiros (Ofac), vinculado ao Departamento do Tesouro norte-americano, determinou a aplicação da Lei Magnitsky contra o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes. A sanção se baseou em alegações de “prisões arbitrárias” e “supressão da liberdade de expressão” por parte do magistrado, com destaque para sua atuação no julgamento do ex-presidente Jair Bolsonaro



Lula negou que vá ligar para Trump para discutir tensões diplomáticas

(PL), réu por suposta tentativa de golpe de Estado após a derrota nas eleições de 2022.

Conselhão

“Nossa democracia está sendo questionada, nossa soberania está sendo atacada, nossa economia está sendo agredida. Este é um desafio que nós não pedimos e que não desejamos. Em nenhum tarifaço aplicado a outros países houve tentativa de ingerência dos poderes do país”, afirmou Lula nesta terça-feira (5), durante reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável (CDESS), no Ministério das Relações Exteriores, em Brasília.

O encontro do CDESS — também conhecido como “Conselhão” — serviu para o governo articular uma respos-

ta institucional mais ampla e buscar respaldo social. Esta foi a quinta reunião do colegiado desde sua reativação, no início do atual mandato. Criado originalmente no primeiro governo petista, o grupo reúne representantes de setores diversos, como empresários, economistas e lideranças sindicais, com o objetivo de fortalecer o diálogo entre sociedade civil e Executivo.

Ligação para Trump

Sobre rumores de um possível contato direto com Trump para tratar das tensões diplomáticas, Lula negou que vá realizar a ligação, alegando falta de abertura. “Eu não vou ligar para o Trump para conversar nada porque ele não quer falar”, disse. Apesar disso,

declarou que pretende telefonar ao atual ocupante da Casa Branca futuramente para convidá-lo à Conferência do Clima da ONU (COP30), marcada para novembro de 2025, em Belém (PA). “Quero saber o que ele pensa sobre a questão climática. Vou ter a gentileza de ligar”, afirmou, acrescentando que também pretende estender o convite ao presidente da China, Xi Jinping, e ao primeiro-ministro da Índia, Narendra Modi.

Ainda durante o evento no Itamaraty, Lula comentou que sua participação havia sido pautada pela intenção de “não perder muito tempo falando na taxaço”, mas que resolveu abordar o tema para não passar a imagem de quem teria “medo de Trump”.

Governo dos EUA criticam prisão e ameaçam endurecer

Alan Santos/PR

Por Karoline Cavalcante

A recente decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes, de decretar a prisão domiciliar do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) provocou uma nova e contundente reação do governo dos Estados Unidos, liderado por Donald Trump (Republicano), agravando ainda mais o já delicado cenário diplomático entre os dois países. Em publicações nas redes sociais, o Escritório de Assuntos do Hemisfério Ocidental, órgão vinculado ao Departamento de Estado norte-americano, criticou duramente a medida judicial brasileira, alegando que a decisão fere a liberdade de expressão do ex-chefe do Executivo. A manifestação também incluiu ameaças explícitas a quem colaborar com o cumprimento da ordem judicial emitida pelo STF.

O comunicado menciona ainda a inclusão de Moraes no escopo da Lei Magnitsky, aplicada pelos EUA na quarta-feira (30). A legislação permite a imposição de sanções a estrangeiros acusados de corrupção ou de violações graves de direitos humanos. Segundo o escritório, mesmo sob sanção, Moraes continua utilizando as instituições brasileiras “para silenciar a oposição e ameaçar a democracia”.

“Deixem Bolsonaro falar! Os Estados Unidos condenam a ordem de Moraes que impôs prisão domiciliar a Bolsonaro e responsabilizarão todos aqueles



Trump ameaça mais retaliações ao Brasil

que colaborarem ou facilitarem condutas sancionadas”, afirmou o órgão, em nota divulgada na noite de segunda-feira (4).

Críticas

Pouco depois, o vice-secretário de Estado da Casa Branca e ex-embaixador dos EUA no México, Christopher Landau, endossou as críticas em seu perfil pessoal. Para ele, a atuação de Moraes remete a práticas autoritárias. “Os impulsos orwellianos desenfreados do ministro estão arrastando sua Corte e seu país para o território desconhecido de uma ditadura judicial”, escreveu, fazendo referência ao clássico distópico 1984, de George Orwell, como metáfora para o que considera uma repressão institucional dis-

farçada de legalidade.

Landau também sugeriu que a ordem de prisão teria motivação política. “Seu suposto crime? Aparentemente, criticar o ministro Moraes — que agora convenientemente caracteriza como uma obstrução da justiça”, completou.

As tensões diplomáticas ultrapassaram os canais oficiais. Steve Bannon, ex-estrategista de Trump e figura influente na direita americana, usou seu podcast War Room (Sala de Guerra) para acusar o STF de promover perseguição política. Ele citou documentos divulgados pelo jornalista Michael Shellenberger, que apontam supostos abusos por parte de Moraes no julgamento dos atos de 8 de janeiro de 2023, quan-

do manifestantes invadiram e depredaram as sedes dos Três Poderes, em Brasília. Bannon, que já havia comparado Moraes a “Lúcifer”, reafirmou que mais sanções estão em preparação contra outros membros da Corte brasileira.

A manifestação do governo americano gerou fortes reações no Brasil. O deputado Lindbergh Farias (PT-RJ), líder do Partido dos Trabalhadores na Câmara, classificou a interferência como “inaceitável” e acusou setores da extrema-direita internacional de tentar transformar o Brasil em uma colônia ideológica. “O Brasil não será protetorado de luxo nem neocolônia da extrema-direita internacional”, declarou nas redes sociais.

Impacto

Em entrevista ao Correio da Manhã, o professor de Relações Internacionais da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e da Fundação Armando Álvares Penteado (Faap) Vinícius Vieira avaliou que as recentes mensagens das autoridades norte-americanas se destinam primariamente aos membros do STF e não ao governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

“Acredito que o governo federal, mesmo que desejasse, possui pouca capacidade de ação em relação ao ex-presidente. Trata-se, portanto, de um aviso sobre possíveis retaliações sob a luz da Lei Magnitsky, que ainda não foram completamente aplicadas”, afirmou.